

PARECER 015/2024 – CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

(X) Primeira Análise – Parecer nº 015/2024-CEIV – 13/05/2024

Processo Administrativo nº: 28.009/2024 (1Doc)

Projeto: Luminare Residence

Área do lote: 2.648,40 m²

Área construída (projetada): 34.204,05 m²

Número de Pavimentos: 58 pavimentos

Número de Unidades Autônomas Residenciais: 88 (oitenta e oito)

Número de Unidades Autônomas Não Residenciais: 13 (treze)

Vagas de Garagem: 277 vagas para automóveis, mais 66 vagas no EPP

Endereço: Av. do Estado Dalmo Vieira, esquina Rua 1.451 - Centro

Uso: misto

Zona: ZACC-I-C (Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade)

DIC: 14326 (Inscrição Imobiliária n.º 01.02.109.0332)

Investimento previsto: 34.204,05 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022 e suas alterações, que dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente que Analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV);

CONSIDERANDO o despacho de 04 de abril de 2024, no protocolo #18183, no sistema Aprova Fácil BC, o qual apresenta a manifestação que o empreendimento proposto "Atende a Legislação Urbanística em Geral", repercutindo na abertura do protocolo e-28.009/2024, que apresentou o respectivo Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento de uso misto, denominado Ed. Luminare Residence, requerido por Koeddermann Consultores Associados (CNPJ 17.288.405/0001-70), situado Av. do Estado Dalmo Vieira, esquina Rua 1.451 (DIC 188444), no Centro, enquadrado no Art. 53, inciso II, da Lei Municipal nº 2.794/2008;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo #18183, no sistema Aprova Fácil BC;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo;

Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado a CEIV faz as seguintes considerações:

1. No item 1.1, 3º parágrafo, incluir a informação número de salas comerciais;
2. No item 1.4 do IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR, atender ao item 1.3 do Termo de Referência (TR), anexo da LC nº 24/2018, informando o número de telefone para contato;
3. No item 2.2, Figura 5, quadro de áreas, rever o número de pavimentos, uma vez que o informado apresenta divergência ao quadro de áreas do projeto em aprovação;
4. Com relação ao item 2.2, apresentar os memoriais, acompanhado da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica, do sistema de captação, armazenamento e utilização de águas pluviais; bem como do sistema de Tanque de retardo de água pluvial. Deverá ser apresentada a memória de cálculo, atrelada a referência bibliográfica, e conclusivamente, indicar o atendimento as disposições do Decreto Municipal nº 3.858/2004;
5. Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, mencionado no item 2.9.3;
6. No item 2.4 adequar a nomenclatura ao Termo de Referência (TR); no subitem fundações, incluir o tipo de fundação que será utilizado no empreendimento; com relação a fachada é informado *que "a composição de acabamentos e formas seguirão as determinações do projeto Arquitetônico específico a ser desenvolvido"*, solicitamos que seja apresentado o projeto da fachada com especificações dos materiais;]
7. No item 2.5 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, utilizar os modelos linha de balanço ou Método de Gantt, os quais proporcionam uma visualização otimizada e simples da sequência das atividades a serem realizadas, proporcionando uma visualização mais rápida e fácil;
8. No item 2.9 ESTIMATIVA DE DEMANDAS, consumo de água na fase de implantação, foi informado a referência "Revista Sustentabilidade (2008)" o consumo de água em canteiros de obras pode chegar a 0,50 m³/m² em média, variando conforme o tamanho da obra e a técnica construtiva; indicar metodologias técnicas;
9. No item 2.9.2 Consumo de Energia Elétrica, fase de implantação e operação, menciona que a estimativa de consumo foi repassada pelo empreendedor, rever uma vez que a mesma deve ser embasada em critérios técnicos; indicar a metodologia para previsão das demandas (na fase de operação);
10. No item 2.9.3 Produção de Resíduos Sólidos, fase de operação, indicar a metodologia aplicada para a utilização do índice de 1kg/hab/dia;
11. No item 2.12.1.3 ESTACIONAMENTO, adequar as informações conforme o projeto apresentado para aprovação, uma vez que possui divergência de informações;

- 12.** Tendo em vista que o item 2.14 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, informa que a mão de obra será proveniente de cidades vizinhas como Camboriú, Itapema e Itajaí, atender ao Termo de Referência (TR), indicando previsão de alojamento/transportes, etc;
- 13.** No item 3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE VIZINHANÇA, a CEIV entende que a AVD deve levar em consideração a área atingida pelo estudo de sombreamento da edificação. Identificar de forma clara em AVI e AVD a limitação as ruas, ainda a CEIV entende que a AVI abrange todo o município;
- 14.** No item 3.5.4, informa tanque de retardo e um sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais, identificar em projeto o local da implantação do tanque de retardo e reservatório de reaproveitamento; informar se durante a fase de implantação será utilizado algum dos sistemas; Apresentar os projetos e memoriais, do sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais; bem como do sistema de Tanque de retardo de água pluvial, acompanhados da Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica. Ainda, deverá apresentar a memória de cálculo, com referência bibliográfica, e, indicar o atendimento as disposições do Decreto Municipal nº 3.858/2004;
- 15.** No item 3.8 LEITURA DA PAISAGEM, apresentar imagens da maquete digital de forma mais realística, com a projeção da edificação proposta (vista do observador pedestre), pelas vias que circundam o empreendimento, focando na criação de atratividade e vitalidade nestas áreas de transição, aplicando-se as disposições da Lei Municipal nº 4.107/2018 (Plano de Arborização). Apresentar imagens (simulação) de como se dará a integração das fachadas do empreendimento e a inter-relação destes espaços com a área pública e vizinhança, já considerando o projeto de arborização;
- 16.** No item 3.8.4, primeiro parágrafo, rever o texto "Erro! Fonte de referência não encontrada";
- 17.** Item 3.9.2 Metodologia de Medição e Ponto Amostral, é informado no 4º parágrafo *"Devido ao fato de o empreendimento estar em fase de aprovação de documentação para sua instalação, não sendo, no presente momento, fonte de pressão sonora alguma, na presente avaliação foram identificados apenas os níveis de ruído do ambiente, isso é, os níveis de pressão sonora na ausência do ruído gerado pelo empreendimento em estudo"*, rever uma vez que o empreendimento encontra-se em execução;
- 18.** No item 3.9.3 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE PRESSÃO SONORA, indicar as possíveis fontes geradoras de ruídos na fase de implantação e operação;
- 19.** No item 4.7, atender ao Termo de Referência (TR), apresentando uma Tabela resumindo todas as ações de mitigação previstas no EIV, inclusive os planos e programas de monitoramento;
- 20.** Para a determinação do Índice de Abrangência (IA), utilizar o raio de abrangência conforme AVD e cone de sombreamento;

QUANTO A ANÁLISE DO TRÂNSITO:

21. Com relação ao projeto de canteiro de obras (Anexo VI):

- a) Apresentar prancha específica detalhada do projeto do canteiro de obras, considerando as etapas construtivas conforme o cronograma da obra, estabelecendo a dinâmica do canteiro de obras durante as etapas da fase de implantação. Nesse sentido, deverá indicar a(s) área(s) de rampa(s) de acesso, as áreas de carga e descarga de materiais, áreas de manobra (apresentando os raios de giro na área interna e na entrada/saída) e circulação de veículos, as áreas de vivência, as áreas de estacionamento de caminhão-betoneira, concretagem, bombas de concreto e demais áreas de manobra e demais acessos dos equipamentos e máquinas;
- b) O projeto deve demonstrar a posição dos caminhões para a realização das concretagens, apresentando os detalhes das manobras e os raios de giro nos acessos e saídas dos caminhões, indicando as interferências na via (com valores: ângulos, cotas – expresso de forma técnica, conforme normas CONTRAN/DNIT, para a tipologia do veículo), a fim de evidenciar que não será utilizada a via pública para os serviços da obra. **OBS:** Não deve ser considerado o estacionamento dos caminhões de carga/descarga na via pública, especialmente onde já existem a regulamentação de proibição de parada e estacionamento, como na Rua 1451;
- c) Especificar os tipos de veículos que serão utilizados (dimensões) no transporte dos materiais;
- d) Acrescentar no projeto do canteiro de obras, os dispositivos de alerta, luminosos e sonoros, indicando os acessos (entrada/saída) de caminhões e automóveis;
- e) Acrescentar no projeto do canteiro de obras, as dimensões, em especial a largura e altura, dos acessos (entrada/saída) dos caminhões e automóveis, em todas as etapas;
- f) Acrescentar vagas de estacionamento de carros/motos/bicicletas, para funcionários, na área interna do canteiro de obras, informando a quantidade prevista em cada fase da obra;

22. Com relação ao item 2.12 – Sistema Viário e o Empreendimento e ao item 3.6 – Sistema Viário da Área de Vizinhança:

22.1 Com relação ao item 2.12.1.3 – Estacionamento:

- a) Necessário criar um subcapítulo, indicando em formato de quadro/tabela, o número total de vagas de estacionamento a serem ofertadas, por tipo de veículo, considerando todas as opções de estacionamento a serem disponibilizadas. **OBS:** no quadro/tabela, deverá existir uma coluna indicando a quantidade mínima de vagas exigidas pelas legislações municipais e outra coluna, indicando a quantidade de vagas a serem ofertadas pelo empreendimento, tanto no estacionamento privativo como no EPP (Comuns, Carga/Descarga, PNE, Idoso, Embarque/Desembarque, Motos, Bicicletas);
- b) Necessário acrescentar 1 vaga de idoso no estacionamento EPP, visto que o arredondamento do cálculo de número de vagas será feito considerando-se o número imediatamente superior, além do acréscimo de 4 vagas de idosos no

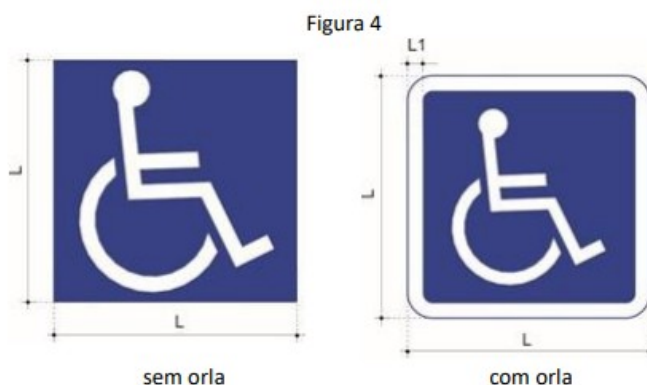
estacionamento privativo, respeitando o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003);

c) Necessário verificar e se adequar, caso seja necessário, sobre a quantidade de vagas de motocicletas, respeitando o artigo 36 da Lei nº 2794/2008, que diz que “número mínimo de vagas para motocicletas será de 10% do total de vagas exigidas”;

d) Adequar as dimensões da vaga de carga/descarga, para no mínimo, 2,70 x 8,0 metros;

e) Incluir as sinalizações horizontais das vagas de estacionamento de todas as pranchas. De acordo com o Manual de Sinalização Horizontal do CONTRAN (Volume IV), a cor das vagas deverá ser branca e não amarela. A cor amarela indica a proibição de parada e estacionamento;

f) Incluir/Rever as sinalizações/dimensões do Símbolo Internacional de Acesso – SAI e das numerações das vagas PNE, conforme Resolução Contran nº 965/2022 (anexos) e imagens a seguir:



Quadro 1 – Características do Símbolo Internacional de Acesso (SIA)

Dimensões	Lado – L(m)	Orla – L1(m)	Cor
Mínimas	0,80	0,04	Fundo azul
Recomendadas	1,0	0,05	Pictograma e orla externa brancos

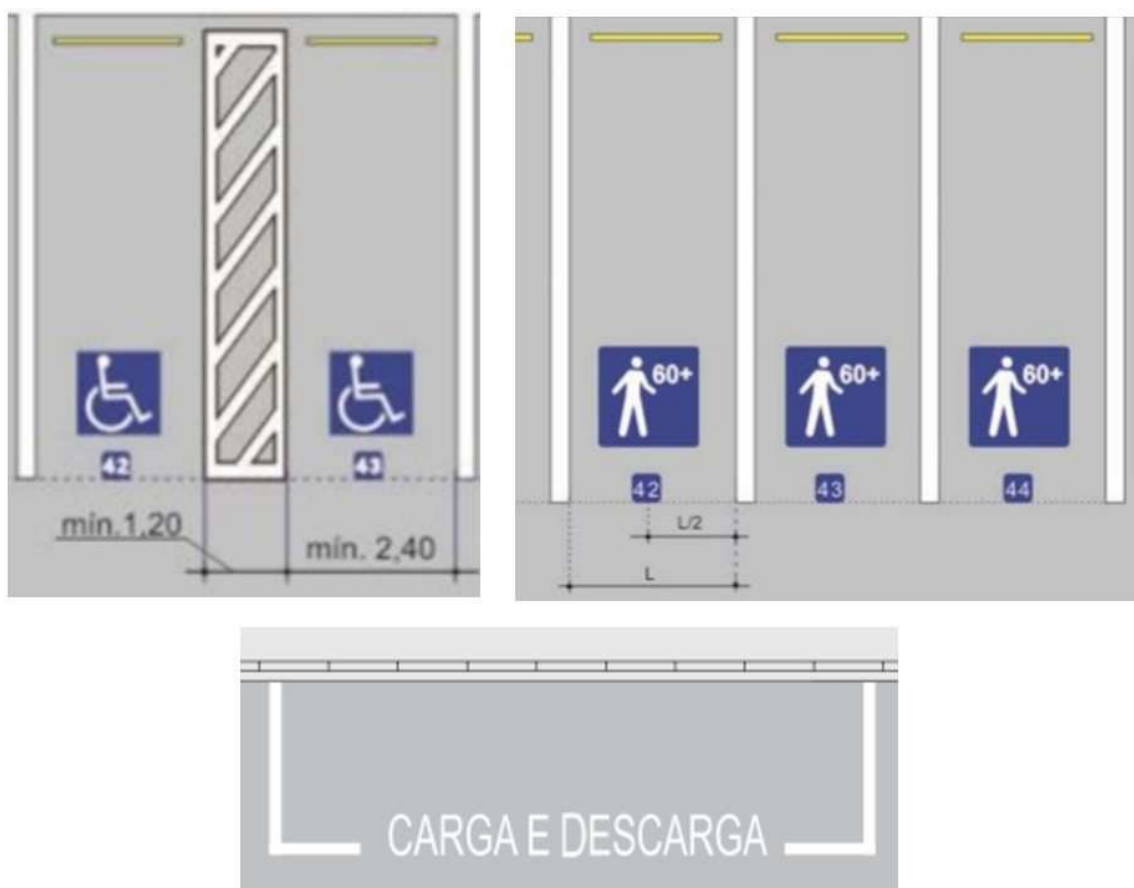
1.4. Numeração

Todas as vagas reservadas em áreas de estacionamento privado de uso coletivo devem ser numeradas. O numeral deve ter altura de 0,10m, na cor branca, inserido num retângulo azul, conforme exemplo de aplicação da Figura 5, exceto quando o pavimento for também azul, conforme Figura 6.

Figura 5



g) Incluir/Rever as sinalizações das vagas de PNE, idosos, motos, carga/descarga e embarque/desembarque, conforme Manual de Sinalização Horizontal do Contran (Volume IV) e imagens a seguir:



- h) Incluir, nas pranchas das vagas de estacionamento, as sinalizações verticais de regulamentação das vagas específicas (PNE, idoso, carga/descarga, embarque/desembarque e motos), conforme Manual de Sinalização Vertical do Contran (Volume I) e Resolução Contran nº 965/2022 (anexos);



- i) Acrescentar, nas pranchas das vagas de estacionamento, o trajeto de rota acessível das pessoas PNE, desde a vaga de PNE até um local seguro, de acordo com as diretrizes de rota acessível expostas na NBR 9050;
- j) Necessário apresentar, onde e como serão realizadas as operações de embarque e desembarque (carros de aplicativos, táxi e outros) e de carga/descarga para atendimento dos usuários das salas comerciais. OBS: nas pranchas das vagas de estacionamentos não foram sinalizadas onde serão essas vagas;
- k) Informar como será a organização do bicicletário no térreo? Haverá paraciclos? Serão suspensos e/ou horizontais? OBS: O Manual de Sinalização Ciclovitária do CONTRAN (Volume VIII) diz que "devem ser evitados modelos suspensos pela roda, pois nem todas as pessoas são dotadas de força para erguer a bicicleta";

22.2 Com relação ao item 2.12.1.4 – Acessos:

- a) Necessário apresentar prancha específica dos acessos, demonstrando as larguras dos rebaixos do meio-fio, nos respectivos acessos, além de indicar a largura e altura dos portões de entrada/saída do empreendimento;
- b) Incluir os dispositivos de alerta, luminosos e sonoros, indicando os acessos (entrada/saída);
- c) Informar se existirão controladores de acesso, indicando a extensão e a capacidade (número de veículos) das faixas de acumulação até eles;
- d) Necessário apresentar faixas de desaceleração para os acessos, de modo a reduzir as interferências no tráfego externo, permitindo maior segurança e fluidez nos deslocamentos de veículos, pedestres e ciclistas pelas vias públicas. OBS I: o

parágrafo único do artigo 41 da Lei Municipal nº 2794/2008 deverá ser atendido com a execução da Faixa de Desaceleração (Acumulação). OBS II: As Faixas de Desaceleração e Aceleração deverão ser previstas na área do empreendimento;

e) Indicar (mapa ou recorte de projeto), no EIV, a localização e os tipos de acesso por veículos e pedestres ao empreendimento. De acordo com o Art. 40 da Lei Municipal 2794/2008, os acessos para veículos e pedestres devem ser independentes;

f) Necessário colocar nas pranchas e no texto do EIV, se o portão de entrada nos acessos (especialmente o que vai levar a vaga de carga/descarga no G4), será basculante ou não, se atentando a altura máxima dos futuros caminhões que adentrarão na vaga de carga/descarga. OBS: informar qual tipo de veículo será utilizado para realizar as operações de carga/descarga no G4;

g) A rampa de acesso as garagens possuem largura de 5,0 m. Necessário corrigir a largura para, no mínimo, 6,0 m, visto que a rampa de acesso terá sentido duplo de direção. O Manual de Sinalização Horizontal do CONTRAN recomenda que cada faixa de trânsito tenha largura de 3,5 m, sendo a largura mínima aceitável de 3,0 m;

22.3 Com relação ao item 2.12.1.6 - Geração de viagens:

a) Necessário corrigir o número de unidades residenciais (UR) constantes na tabela 3 (página 78 do EIV). Nela consta que serão 90 UR, enquanto que nos itens 1.2 e 1.3 (página 20 do EIV) é citado que serão 88 UR. Compatibilizar e atualizar os dados;

b) Padronizar o incremento do número de viagens geradas nos modais, constantes nas páginas 80 e 81 do EIV. O arredondamento do cálculo de número de viagens deverá ser feito considerando-se o número imediatamente superior, em todos os modais;

22.4 Com relação ao item 3.7.1.1 - Sistema Viário Atual - c) Gabaritos:

a) Necessário incluir na tabela 21 (página 163 do EIV), os gabaritos das seguintes vias: Rua 1919, Rua 1901, Rua Síria, Rua Portugal, Rua Peru, Rua Paraguai e Rua Panamá;

22.5 Com relação ao item 3.7.1.1 - Sistema Viário Atual – Caracterização das Vias:

a) Necessário incluir informações sobre a Rua Síria, considerando que a mesma terá impacto com o empreendimento, visto que a mesma já é uma rota de saída de um dos PGVs mencionados na figura 89;

b) Necessário incluir informações sobre o estacionamento rotativo pago (zona azul) nas vias do entorno, referenciando as atualizações recentes acrescentadas pelo Decreto nº 11.621/2024;

c) Necessário incluir os dispositivos de fiscalização eletrônica (avanço semafórico, controlador e redutor de velocidade) na figura 88, página 175 do EIV;

22.6 Com relação ao item 3.7.1.2 - Serviço de Transporte Coletivo:

a) Em relação ao transporte coletivo urbano, necessário citar o aplicativo a ser utilizado pelos usuários para informações e acompanhamento do serviço de transporte municipal;

22.7 Com relação ao item 3.7.1.3 - Sistema Ciclovário:

a) Rever e atualizar a figura 102, página 188 do EIV. Ela não demonstra a sinalização horizontal nem a vertical da ciclovia citada;

b) Necessário acrescentar imagens e mapas que mostrem os paraciclos/bicicletários públicos na região do empreendimento;

22.8 Com relação ao item 3.7.1.5 - Sistema Individual de Passageiros - b) Serviços por Aplicativo:

a) Necessário acrescentar imagens e mapas que mostrem os pontos de embarque e desembarque de passageiros nas proximidades do empreendimento;

22.9 Com relação ao item 3.7.1.9 – Projeção do Tráfego:

a) Necessário corrigir a apresentação dos dados da tabela 29, página 204 do EIV. Os dados estão desconexos a ordem cronológica citada no texto;

23 Com relação a avaliação da matriz qualiquantitativa e descrição dos impactos e medidas mitigadoras – fase de implantação:

23.1 Para o impacto “Deterioração das vias públicas”, incluir as seguintes medidas mitigadoras:

- Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc.);

23.2 Para o impacto “Pressão nas vagas de estacionamento do entorno”, a CEIV considera, devido a grande demanda por vaga no entorno, que a reversibilidade é irreversível e a redução do impacto é, no máximo, 30%. Ademais é necessário acrescentar a seguinte medida:

- Disponibilizar vagas de estacionamento de carros/motos/bicicletas, para funcionários, na área

interna do canteiro de obras;

23.3 Para o impacto “Pressão no sistema viário próximo”, a CEIV entende que pelo número de viagens geradas, a importância é ALTA (5). Ademais é necessário acrescentar as seguintes medidas:

- Todas as manobras, cargas e descargas de materiais devem ocorrer dentro do canteiro de obras;
- Implantação, antes do início das obras, de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área;
- Impedir o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
- Caso seja feita a utilização de veículos que possam vir a interferir no fluxo viário, mesmo que de maneira parcial ou temporária, será notificado a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência. Será também feita a obtenção prévia da Autorização Especial de Trânsito (AET) junto aos órgãos de trânsito competente.

24 Com relação a avaliação da matriz quali-quantitativa e descrição dos impactos e medidas mitigadoras – fase de operação:

24.1 Na fase de Operação, considerando as considerações/conclusões do estudo de tráfego, a grande geração de viagens veiculares e a demanda comercial que existirá, a CEIV entende ser necessária a inclusão e a avaliação dos seguintes impactos:

- Aumento da demanda por estacionamento de bicicletas no empreendimento e seu entorno (Desordenamento de estacionamento de bicicletas);
- Acréscimo de viagens a pé no entorno do empreendimento (Pressão no Sistema Pedonal);
- Aumento na demanda por transporte público coletivo (Pressão no Sistema de Transporte Público Coletivo);

24.2 Para o impacto “Aumento na Demanda por Transporte Público Coletivo (Pressão no Sistema de Transporte Público Coletivo)”, necessário incluir as seguintes medidas mitigadoras:

- Aquisição, instalação, e doação de equipamentos (03 sensores por vídeo detecção, 03 instalações dos sensores, 01 módulo de interface e 01 instalação do módulo de interface), para medição de ocupação simples e contagem de veículos, para até 3 (três) faixas, incluso a licença do software. O sensor deve ser compatível com o controlador semafórico utilizado no município. Quando da implantação, solicitar à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado à Central de Controle de Tráfego em tempo real do município e/ou para a prioridade seletiva ao Transporte Coletivo. OBS: o cruzamento semaforizado a ser instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);

- Doação de cinco (05) placas de sinalização vertical refletivas indicativas de paradas de ônibus (seguindo especificações da Autarquia Municipal de Trânsito – BCTrânsito);

24.3 Para o impacto “Pressão no Sistema Viário Próximo”, considerando que o Executivo Municipal está realizando um Estudo Técnico Preliminar quanto a uma possível concessão de naming rights sobre os abrigos de passageiros da cidade, atualizando o modelo e a responsabilidade futura sobre os abrigos, é necessário a retirada da seguinte medida mitigadora “realizar o pagamento para a construção ou reforma de 1 abrigo de passageiros de transporte público, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Planejamento Urbano e indicação de localização pela Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito”. Ademais, será necessário incluir a seguinte medida mitigadora:

- Aquisição e a instalação de equipamento (01 nobreak semafórico e 01 instalação) em cruzamento semaforizado. O nobreak semafórico deve ser compatível com o controlador semafórico utilizado no município. Quando da implantação, solicitar à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado ao Sistema Antares - Central de Controle e Comando Semafórico. OBS: o cruzamento semaforizado a ser instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);

24.4 Para o impacto “Pressão nas vagas de estacionamento do entorno”, necessário alterar a importância para alta (5), retirar como medida mitigadora as vagas de estacionamento obrigatórias, visto serem previstas em leis. Ademais, incluir as seguintes medidas mitigadoras:

- Reserva de vagas de visitantes, para atendimento a demanda, em caso de situações especiais (eventos comerciais, aniversários, confraternizações, etc);
- Reserva de vaga de curta duração, dentro da área interna do empreendimento, para atendimento a demanda das salas comerciais;
- Implantação de paraciclos na área externa, de uso comum, visando a atender a demanda prevista. Necessário utilizar o projeto padrão de paraciclos da Secretaria de Planejamento Urbano, de acordo com o TIPO II do Manual de Sinalização Cicloviária do CONTRAN (Volume VII);

24.5 Para o impacto “Congestionamento de Veículos no Acesso ao Empreendimento”, necessário alterar a importância para alta (5), além de incluir as seguintes medidas mitigadoras:

- Instalação de dispositivo de alerta, luminoso e sonoro, nos portões de acesso de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;

- Instalação de placa de advertência junto ao portão de entrada, indicando a altura máxima permitida de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;

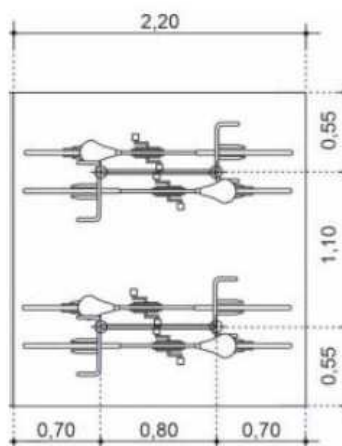
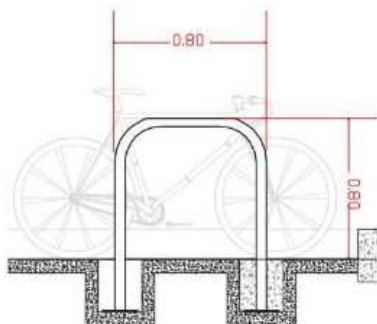
25 Com relação ao projeto arquitetônico:

25.1 Necessário atendimento a demanda solicitada nos itens 2.12.1.3 – Estacionamento e 2.12.1.4 – Acessos;

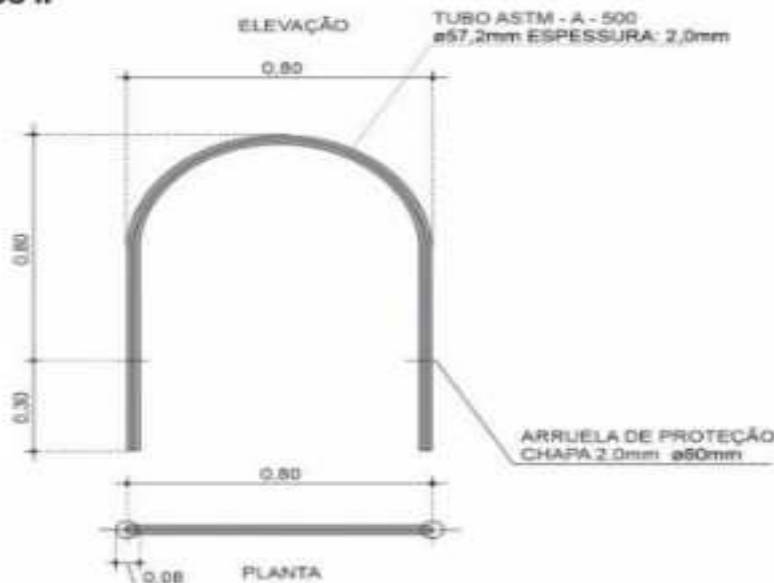
25.2 Necessário apresentar, onde e como serão realizadas as operações de embarque e desembarque (carros de aplicativos, táxi e outros) e de carga/descarga de materiais e suprimentos, para atendimento dos usuários das salas comerciais. OBS: nas pranchas das vagas de estacionamentos não foram sinalizadas onde serão essas vagas;

25.3 Necessário apresentar, como a seguinte medida mitigadora será atendida: "haverá um espaço de acomodação para um veículo aguardar enquanto ocorre a abertura do portão, fora da largura livre do passeio público. Esse recuo garante que não ocorram interrupções no tráfego da Rua 1451 enquanto há a entrada e saída de veículos do estacionamento". OBS: medida mitigadora citada no impacto "Congestionamento de Veículos no Acesso ao Empreendimento", fase de operação;

25.4 Necessário apresentar onde serão instalados os paraciclos externos, utilizando o projeto padrão de paraciclos da Secretaria de Planejamento Urbano, de acordo com o TIPO II do Manual de Sinalização Ciclovitária do CONTRAN (Volume VII). As dimensões das imagens a seguir devem ser respeitadas e acrescentadas no projeto arquitetônico:



• **Modelo Tipo II**



25.5 Enviar a prancha das vagas de estacionamento e dos acessos, em formato pdf, em documento separado dos demais, com as cotações das vagas (largura x comprimento);

AVALIAÇÃO DA MATRIZ QUALIQUANTITATIVA, DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS:

26 Para o impacto "Contaminação do Solo por Resíduos da Construção Civil" (IMPLANTAÇÃO), as medidas apresentadas não são efetivas para a mitigação de 80% dos impactos. Rever o percentual;

27 Para a análise dos percentuais de mitigação dos impactos "Contaminação do Solo e Águas Subterrâneas por Efluentes Líquidos" e "Pressão no Sistema de Coleta e Tratamento de Efluentes" (IMPLANTAÇÃO), solicita-se a apresentação do "Programa de Conscientização Ambiental na Obra" para a obra;

28 Na fase de IMPLANTAÇÃO o impacto "Perturbação à Vizinhança em Decorrência de Ruídos", retirar a medida "Funcionamento de maquinários utilizados nas atividades de serragem de madeira (serra fitas), circulares e de estaqueamento da construção civil de segundas feiras às sextas-feiras, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, e sábados das 08:00h às 12:00h, exceto os aparelhos de estacas tipo "hélice contínua". Outros equipamentos poderão funcionar de segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, e sábados das 07:00h às 12:00h" uma vez que a mesma é cumprimento à Lei Municipal nº 2.377/04;

29 Para a análise do percentual de mitigação na fase de IMPLANTAÇÃO, o impacto "Pressão no Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos", apresentar o PGRSCC;

30 Na fase de OPERAÇÃO "Sombreamento do Entorno Próximo ao Empreendimento", importância moderada (3) e prazo permanente (5);

31 Na fase de OPERAÇÃO, para o impacto "Pressão no Sistema Público de Saúde", entende-se que a expectativa de ocorrência é CERTA (3), pois não é possível determinar que não haverá a utilização de equipamentos de saúde por parte dos moradores e funcionários. Rever;

32 Na fase de OPERAÇÃO, para o impacto "Pressão no Sistema Público de Educação", entende-se que a expectativa de ocorrência é CERTA (3), pois não é possível determinar que não ocorrerá a utilização de equipamentos de educação por parte dos moradores do empreendimento. Rever;

33 Na fase de OPERAÇÃO, para o impacto "Pressão nos Equipamentos de Esporte e Lazer", entende-se que a expectativa de ocorrência é CERTA (3), pois não é possível determinar que não haverá a utilização de equipamentos de esporte e lazer. Entende-se que a valoração do atributo reversibilidade é "5" – irreversível, ou seja, que a demanda será por toda a operação do empreendimento. Ainda, as medidas mitigadoras apresentadas não são efetivas para a mitigação de 80% do impacto. Rever;

34 O impacto "Contaminação do solo por resíduos sólidos urbanos" deve ser avaliado como "real" e inseridas suas valorações e mitigações na Matriz; (OPERAÇÃO)

35 Apresentar a matriz quali-quantitativa atualizada com os apontamentos acima;

36 Considerando que a Viabilidade da EMASA apresenta "grau de impacto ALTO", e que as medidas mitigadoras apresentadas não são efetivas para fins de melhorarias na vizinhança, solicitamos que o ICIV (índice de comprometimento da infraestrutura da Vizinhança) seja considerado "3". Apresentar o cálculo do Valor de Compensação atualizado após os ajustes da matriz.

Medidas complementares a serem observadas:

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV.

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá

comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

Art. 17 Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, **pelo não cumprimento ou na reincidência**, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada. (grifo do autor)

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em uma via impressa e uma digital.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 14 de maio de 2024.

Michela Denise Parno - SPU
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA - SPU
(Presidente da CEIV)

WALTER H. GRUETER NETO - SPU
(membro da CEIV)

ALEXANDRE GUISLOTE MOTTA - EMASA
(membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA – SEMAM
(membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA – SPU
(membro da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO – BC Trânsito
(membro da CEIV)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA -SPU
(membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

Obs: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as respectivas assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EDDC-253C-5EE2-2D0F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 14/05/2024 18:06:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (CPF 914.XXX.XXX-34) em 14/05/2024 18:30:19 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 15/05/2024 10:16:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 15/05/2024 11:00:28 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 15/05/2024 13:29:14 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 15/05/2024 13:33:53 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WALTER HERBERT GRUETER NETO (CPF 007.XXX.XXX-19) em 15/05/2024 13:53:48 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 16/05/2024 14:16:50 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/EDDC-253C-5EE2-2D0F>